

Mais força à CDU

É na prática e com a prática que se percebe quem esteve e quem está ao lado dos trabalhadores das Rodoviárias Privadas de Passageiros

Nestes 4 anos de Governo minoritário do PS, com a iniciativa do PCP e da CDU e a luta dos trabalhadores e das populações, foi possível reverter algumas das medidas mais gravosas impostas no tempo das troikas e conquistar alguns avanços que valorizamos. Alguns exemplos mais significativos para os trabalhadores do sector foram a redução do saque fiscal, a devolução dos feriados roubados, o aumento do salário mínimo de 505 para 600 euros (embora aquém do proposto pela CDU) e o alargamento do passe social intermodal com redução tarifária.

Mas os compromissos de sempre do PS com o grande capital monopolista não desapareceram, antes estiveram sempre presentes.

É assim que no que diz respeito às questões laborais imperou na Assembleia da República uma união PS/PSD/CDS, que chumbaram a maioria das iniciativas do PCP e da CDU de melhoria da legislação laboral: chumbaram as propostas para o trabalho por turnos e nocturno (que incluía as escalas rotativas); chumbaram as propostas de reequilíbrio da contratação colectiva; chumbaram a reposição dos valores do trabalho extraordinário e do trabalho nocturno; chumbaram as propostas de combate à precariedade, etc.

Com o fim de todas as concessões rodoviárias em dezembro de 2019, vão ser lançados concursos para a concessão ou contratação do serviço público (nuns casos pela Área Metropolitana, noutros pelas autarquias, noutros pelas CIM do Oeste ou da Lezíria). Foi a CDU quem há mais de um ano alertou os trabalhadores para os eventuais perigos que estes concursos podem trazer. E onde as câmaras da CDU têm um peso determinante, como é o caso

da Área Metropolitana de Lisboa, os concursos garantem explicitamente todos os direitos dos actuais trabalhadores. Onde a CDU tem menor peso, como é o caso de Cascais, os concursos ignoram os direitos dos trabalhadores, que terão que ir para a luta para salvaguardar o posto de trabalho, a antiguidade, os direitos e as remunerações.

Da mesma forma, importa recordar o que aconteceu com a idade da reforma dos motoristas profissionais. O Governo PS, na alteração ao código da estrada, aumentou a idade limite para a condução profissional dos 65 para os 67 anos. Ora o que se exigia era que tivesse feito aprovar medidas para que aos 65 anos os profissionais tivessem acesso imediato à reforma sem penalizações. Mais uma vez foi a CDU quem fez essas propostas na Assembleia da República, as transformou em projecto-lei e as levou à votação. E mais uma vez foi a união PS/PSD/CDS quem as chumbou!

Com a CDU, para avançar nos direitos dos trabalhadores em vez de continuar a andar para trás!

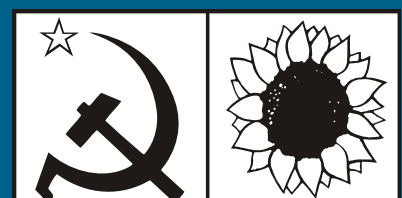
É preciso andar para a frente, retirar o poder de veto sobre as leis laborais que PS/PSD/CDS deram ao patronato, que cada vez se apropria de uma parte maior da riqueza criada por quem trabalha. É preciso enfrentar os interesses dos capitalistas e das multinacionais e sobrepor-lhes o interesse nacional.

Ora são evidentes os riscos de se andar para trás, nomeadamente através de uma situação política onde um governo PS se encontre de mãos mais livres.

Só o voto na CDU no próximo dia 6 de Outubro contribui para consolidar os avanços conseguidos e simultaneamente contribui para que se ande para a frente e não para trás.

**Avançar
é preciso!**

PCP-PEV



Avançar é preciso!

COMPROMISSO CDU:

Os trabalhadores sabem que na CDU palavra dada é palavra respeitada.

A legislação sobre trabalhadores móveis e sobre os tempos de condução e de trabalho dos motoristas é profundamente lesiva dos direitos dos trabalhadores, incluindo conceitos como o do «tempo de disponibilidade» e limites à organização do tempo de trabalho que prejudicam a vida pessoal e a saúde dos trabalhadores e facilitam a sua exploração.

Com a força que os trabalhadores nos derem, na próxima legislatura a CDU apresentará um pacote de iniciativas legislativas para a «Valorização do trabalho dos Motoristas», e desenvolverá paralelamente uma ampla campanha de massas pela sua aprovação.



Mais força
à **CDU**

«Trabalho por turnos e profissões de desgaste rápido [incluindo as escalas rotativas no trabalho por turnos]:

Além da limitação legal do trabalho em regime de turnos e de laboração contínua às actividades de natureza social impreterível ao funcionamento da economia devem ser adoptadas medidas de protecção, compensação e reparação para os trabalhadores em regime de turnos, nomeadamente: regime específico de reforma antecipada com a redução da idade de reforma correspondente ao período de prestação de trabalho em regime de trabalho por turnos; a adaptação das disposições relativas à base de incidência da taxa social única, a pagar em contribuições para a Segurança Social, devendo ser incluído no seu cálculo e apuramento a retribuição relativa ao trabalho por turnos, a aplicação de um aumento da TSU das empresas para fazer face a essas exigências; a consideração de limites ao exercício dessa actividade respeitando todos os direitos; o estabelecimento de regimes mais exigentes de medicina no trabalho. As mesmas medidas, com as necessárias adaptações, devem ser aplicadas aos trabalhadores que exercem profissões de desgaste rápido.»

«Aumento de salários, emergência nacional:

(...) A situação actual exige uma elevação progressiva, mas rápida, do nível salarial em Portugal para combater uma injusta distribuição da riqueza, melhorar as condições de vida dos trabalhadores, estimular o mercado interno, alargar as receitas da Segurança Social e travar o esvaziamento do País em jovens qualificados

(...) Esta política de emergência salarial exigirá um conjunto articulado de medidas que assegure o aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, a subida do SMN para os 850 euros, o aumento significativo do salário médio, a fixação de um calendário de 5 anos para a convergência com a média salarial da Zona Euro.

Uma forte subida dos salários não é apenas uma exigência de justiça social no Portugal de Abril e numa sociedade que se quer desenvolvida. É uma condição imperiosa para um aumento seguro da produtividade económica e para responder à ausência de mão-de-obra qualificada em tantas empresas e sectores e uma contribuição segura para a sustentabilidade da Segurança Social.»

Excertos do Programa Eleitoral do PCP

